

01 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO STF derruba monopólio da OAB-SP em acordo de assistência jurídica gratuita

O Supremo Tribunal Federal (STF) acabou ontem com uma regra que obrigava a Defensoria Pública de São Paulo a firmar convênio com a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) para complementar o serviço de assistência judiciária gratuita.

Ao julgar uma ação proposta pela Procuradoria-Geral da República, o STF concluiu que o órgão (que tem só 500 defensores) pode fazer convênios com entidades que desejam e não obrigatoriamente com a OAB, como estabelecia lei estadual.

Para os ministros, a exclusividade de convênio com a OAB criava monopólio. "O problema não é o convênio. É a exclusividade do convênio e a obrigatoriedade de contratar", disse o ministro Gilmar Mendes.

"Este tribunal foi provocado porque uma norma de caráter aparentemente inofensivo e até salutar foi utilizada de maneira que provocou o desvirtuamento dos propósitos constitucionais no que diz respeito aos direitos dos hipossuficientes", afirmou a vice-procuradora geral da República, Deborah Duprat. "Monopólios são caros, insuficientes e arrogantes", disse o advogado da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Luís Roberto Barroso.

Estrutura. Segundo o STF, o caráter compulsório do convênio com a OAB-SP impedia a estruturação completa da Defensoria, criada em 2006. A defensora pública geral, Daniela Cembranelli, informou que o convênio envolve R\$ 300 milhões anuais.

"A Defensoria de São Paulo se vê engessada, incapaz de crescer, de contratar defensores para atuar em todas as comarcas porque empenha quase 70% de seu orçamento com convênio", afirmou Daniela, em sua sustentação oral no plenário do STF. Já a OAB-SP sustentou que a ação tinha caráter político com o objetivo de pressionar o governo do Estado a investir mais na Defensoria.

Mendes ainda disse que a estrutura da Defensoria é incapaz de atender à demanda e a tarefa de assistência judiciária é "hercúlea". O ex-presidente do STF ressaltou que existem cerca de 500 mil presos no Brasil. "E temos no Brasil apenas 5 mil defensores públicos."

Relator da ação, o presidente do STF, Cezar Peluso, disse que a regra de exclusividade desrespeitava a Constituição Federal. "Isso (*a lei*) deturpa e descaracteriza o conceito dogmático de convênio."

O 1 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Convênio atende 1 milhão de pessoas e vence neste mês

Defensoria e OAB garantem, no entanto, que serviços continuarão sendo oferecidos à população; universidades poderão participar

O convênio entre a Defensoria Pública de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) em São Paulo termina na segunda quinzena deste mês. Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal, no entanto, os advogados da OAB vão continuar a prestar serviços para aqueles que não podem pagar. É o que dizem representantes da Ordem e da Defensoria.

"Continuamos à disposição da Defensoria para atuar em defesa dos mais pobres", diz o vice-presidente da OAB-SP, Marcos da Costa. O defensor público geral em exercício, Davi Eduardo Depiné Filho, confirma o interesse em continuar o acordo. "Enquanto a Defensoria não tem estrutura suficiente para executar esse serviço, a parceria será necessária. O importante é que agora podemos procurar alternativas e não ficamos sujeito apenas aos advogados da OAB", diz.

Entre as alternativas buscadas pela Defensoria Pública estão escritórios-modelo das universidades, com processos acompanhados por estudantes e supervisionados por professores, além de escritórios e entidades que atuam pro bono.

Criada há quase seis anos, a Defensoria tem apenas 500 membros para cuidar da assistência jurídica gratuita de mais de 2 milhões de pessoas por ano. O valor do convênio é de R\$ 270 milhões. Para lidar com a demanda,

● Autonomia

DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL

"A decisão não coloca em risco a continuidade do serviço de assistência jurídica gratuita no Estado. O STF reconheceu que a Defensoria pode formular convênios com faculdades de Direito e outras entidades, rechaçando a ideia de que a OAB tem direito a um monopólio"

MARCOS DA COSTA

VICE-PRESIDENTE DA OAB-SP

"Queremos ver a publicação do acórdão para compreender o que de fato foi decidido. Mas continuamos à disposição para a parceria com a Defensoria"

contam com a parceria de advogados particulares credenciados e com registro na OAB-SP, que acabam prestando o serviço de assistência judiciária de acordo com uma tabela de valores firmados pelo convênio.

A OAB é responsável por atender mais de um milhão de pessoas. Na tabela, um processo criminal na área de Infância e Juventude paga R\$ 202,75 para o advogado. Já o habeas corpus garante R\$ 522,57 e a anulação de um casamento, R\$ 658,44. O pagamento de 70% da verba sai depois da sentença de primeira instância.

O restante só é liberado quando a decisão tramitar em julgado.

No total, a Ordem afirma que 47 mil advogados prestam atendimento jurídico a pessoas carentes por ano. Eles atuam em 313 pontos do Estado, o que garante funcionários em todas as comarcas paulistas. "A estrutura mantida pela Ordem no Estado garante que em qualquer lugar de São Paulo uma pessoa carente receba atendimento adequado", diz o vice-presidente da entidade.

A Defensoria, por seu lado, culpa o convênio pelo sucateamento de sua estrutura – quase 70% do orçamento é utilizado para pagar os honorários dos advogados da OAB. Se esse valor fosse economizado, alega a Defensoria, 1,2 mil defensores poderiam ser contratados.

Contratação. Após a decisão do STF, a defensoria pública geral do Estado de São Paulo, Daniela Cembranelli, informou que em breve deverá ser lançado um edital para o recrutamento de defensores públicos. Segundo ela, a contratação depende do envio pelo Executivo de um anteprojeto que está na Casa Civil. E o número ideal de defensores públicos deve ser proporcional à quantidade de juízes e promotores paulistas: 2 mil e 1,8 mil respectivamente.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 MAR 2012

Disputa deve continuar na Assembleia Legislativa

Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, a tensão entre a Defensoria Pública do Estado e a OAB-SP vai continuar em São Paulo. O deputado Campos Machado (PTB) promete reapresentar seu projeto de lei que transfere, da Defensoria Pública para a Secretaria de Justiça e Cidadania, a gestão do Fundo de Assistência Judiciária.

Assim, a Defensoria perderia força e a gestão dos convênios, com a OAB ficaria na mão da secretaria de Justiça, Eloisa de Sousa Arruda. "Trata-se agora de uma briga para ver quem vai gerir os recursos. Porque o trabalho continuará sendo feito pela OAB, já que não há outra entidade capaz de dar conta dos serviços", afirma o deputado.

Segundo o defensor público geral em exercício, Davi Eduardo Depiné Filho, o projeto se tornou inconstitucional depois da decisão do STF. Ele explica que os ministros do Supremo interpretaram que cabe à Defensoria - e não ao Executivo - gerir o contrato. "Depois da decisão, o projeto da Assembleia cai por terra e não faz mais sentido", diz.

Desde o ano passado, depois que o projeto foi apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo, a Defensoria decidiu endurecer a relação com a OAB. Alegando que muitas certidões para recebimento de honorários estavam sendo enviadas pelos advogados com irregularidades, o órgão atrasou diversos pagamentos e ainda rejeitou os pedidos de reajuste das tabelas de honorários. Essa briga fez com que a OAB pedisse ao governo que a gestão do convênio entre a entidade e o Estado para o atendimento a pessoas carentes passasse da Defensoria para a Justiça.

Acordo existe desde 1984

Antes mesmo de a Defensoria Pública começar a funcionar, em 2006, o governo de São Paulo já firmava convênio com a OAB-SP para atendimento judiciário gratuito. Ele surgiu em 1984, na gestão do governador Franco Montoro. A então Procuradoria de Assistência Judiciária, vinculada à Procuradoria-Geral do Estado, não dispunha de profissionais em número suficiente para dar atendimento jurídico gratuito. Em 1988, a Constituição Federal obrigou União e Estados a criar Defensorias Públicas - segundo os constituintes, se o Estado dispõe de um juiz para julgar e de um promotor de Justiça para acusar, deveria completar o quadro um defensor devidamente concursado. Apesar da determinação constitucional, São Paulo demorou 18 anos para criar a defensoria estadual - só instalada após uma campanha deflagrada por 400 entidades da sociedade da civil. Os convênios com a OAB, no entanto, nunca foram abandonados.

01 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO MP quer poder do CNJ para punir promotores

Conselho Nacional do Ministério Público busca alteração de normas para investigar seus quadros nos Estados sem precisar de corregedorias locais

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) prepara alteração em seu regimento interno para firmar expressamente que tem competência concorrente às corregedorias do Ministério Público nos Estados e de todos os ramos do Ministério Público da União.

Na prática, o Conselho do MP vai adotar o modelo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconquistou no Supremo Tribunal Federal, no início deste ano, poderes para investigar desembargadores estaduais e regionais federais, independente da atuação das corregedorias dos tribunais.

No âmbito do Ministério Público, a Corregedoria Nacional terá atribuição para investigar procuradores de Justiça e procuradores da República, com independência em relação à atuação das corregedorias locais.

A Corregedoria poderá abrir procedimentos, ainda que as corregedorias já o tenham feito. É a competência concorrente, modelo defendido pelo procurador geral da República, Roberto Gurgel, que acumula a presidência do CNMP.

No histórico julgamento do STF, no qual o CNJ venceu dura batalha contra a toga rebelada, a manifestação de Gurgel foi decisiva - ele pregou a necessidade de a Corregedoria Nacional de Justiça poder agir.

No Ministério Público não há e não houve contestação à legitimidade da atuação da Corregedoria Nacional. No caso do CNJ, ao recorrer ao STF, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) alegou que o órgão não podia atropelar a atribuição das corregedorias dos tribunais.

O retoque no regimento do conselho visa não deixar dúvidas quanto à competência concorrente. "O novo texto (do regimento) será estruturado já a partir do entendimento do STF na ação sobre o CNJ que, em face da simetria, também se aplica ao Conselho Nacional do Ministério Público", destaca o conselheiro Tito Amaral, que preside a Comissão para Revisão do Regimento do CNMP.

"É preciso deixar claro no regimento que o conselho não abrirá mão de, eventualmente, investigar os casos que julgar necessário, independentemente da ação local", destacou.

O objetivo da reforma das normas internas do CNMP é reduzir a burocracia e agilizar a tramitação dos processos. "Eu apolo a decisão do STF relativa ao CNJ, por isso estamos fazendo já uma adaptação regimental", disse o corregedor nacional do MP, Jéferson Luiz Pereira Coelho, que é subprocurador do Ministério Público do Trabalho.

Coelho assinala que as corregedorias locais, no MP dos Estados e no MP da União, podem abrir investigações. "A dúvida que existia é se um denunciante teria obrigatoriamente de apresentar denúncia à Corregedoria estadual para, depois, levar o caso ao CNMP, ou se, por opção dele, poderia vir primeiro ao conselho. Com essa decisão do Supremo a respeito do CNJ a questão ficou superada. O Conselho do Ministério Público pode tomar qualquer providência diretamente e também pode avocar processo disciplinar em tramitação na corregedoria local", afirmou.

01 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Fórum dos Leitores

PODER JUDICIÁRIO

Punição de magistrados

Corretíssima a ministra Eliana Calmon ao defender punição para juízes "vagabundos". Em toda profissão há bons e maus. A lei deve ser implacável com quem não se enquadra no papel a que se presta. Por coerência, o CNJ deveria valorizar os juízes que trabalham corretamente, restaurando a credibilidade do Judiciário. Não dá para conceber que juízes, promotores, delegados, desembargadores e até ministros se vendam sob o guarda-chuva da Justiça.

IZABEL AVALLONE

izabelavallone@gmail.com
São Paulo

Corrupção

Concordo plenamente com a corregedora sra. Eliana Calmon quanto a combater os "vagabundos" infiltrados no Judiciário - felizmente, minoria, em meio a magistrados honrados. Todavia não só os "vagabundos" devem ser extirpados, mas também os corruptos (que, por exemplo, vendem sentenças em troca de favores) e os malandros que fazem vista grossa a privilégios usufruídos pela categoria, os quais, embora legais, são imorais perante a realidade do País - 60 dias de férias, aposentadoria compulsória e salário integral como "punição" a magistrados flagrados em crimes, etc. Quando isso acontecer, começarei a acreditar que nossa Justiça é de fato séria e imparcial.

PAULO RIBEIRO DE CARVALHO JR.

paulorcc@uol.com.br
São Paulo

'Juízes vagabundos'

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, o desembargador Nelson Calandra desafiou a íncerta ministra Eliana Calmon a revelar quem é a "meia dúzia" de juízes "vagabundos". Cuidado, porque qualquer advogado que milita em nosso Judiciário os tem na ponta da língua... Criticada por ter levado os problemas do Judiciário aos jornais, Eliana Calmon, de cabeça erguida, respondeu: "Eu falei muito porque precisava. Se eu não falasse com a imprensa, estava frita. Faço em prol da magistratura correta, decente, que não pode ser misturada com uma meia dúzia de vagabundos que estão infiltrados na magistratura". Parabéns, ministra, e, por favor, não desista, pois precisamos de pessoas dignas como a senhora!

ARTUR TOPGIAN

topgian.advogados@terra.com.br
São Paulo

01 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Diálogo de surdos

NOVO TSE, ONDE É INÚTIL ARGUMENTAR

Plenário é caro e chique, mas ninguém ouve nada

Depois de gastar R\$ 327 milhões na construção de uma moderna e sofisticada sede, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi reprovado no teste da acústica.

Responsável por decidir o futuro de políticos, a Corte decidiu parte de sua sessão de julgamentos da terça-feira a discutir problemas de acústica do prédio. Projeto por ninguém menos que Oscar Niemeyer, o edifício, inaugurado em dezembro, tem 115.578 metros quadrados.

Ministros reclamaram que não entendiam o voto de seus colegas. Marco Aurélio Mello chegou a pedir vista de dois processos, alegando que não tinha condições de votar, pois não havia compreendido o que o relator tinha dito. "Não vejo como tocar as sessões dessa forma", disse Marco Aurélio. Ele chegou a sugerir que o plenário do TSE se instalasse provisoriamente em outra sala ou até no Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro ministro, Marcelo Ribeiro, disse enfrentar dificuldades para votar por causa da ressonância existente na sala. O presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, informou que o consórcio responsável pela obra ficou de apresentar uma solução neste mês - serão feitos alguns reparos, sem custo para o tribunal.

Apresentado em 2006, o projeto começou a ter andamento no ano seguinte - quando Marco Aurélio, presidindo a Corte, emitiu a ordem de serviço para seu início. Na sessão de terça-feira, Marco Aurélio chegou a dizer

que daqui a pouco teria de se consultar com um otorrinolaringologista porque não estava entendendo nada do que os colegas falavam. Admitiu ainda ter saudades do prédio antigo do TSE. Lewandowski discordou.

De acordo com informações divulgadas ontem pelo TSE, há um problema reverberação de som no plenário, devido ao seu formato de cúpula. Não há problemas nos equipamentos, mas na configuração do ambiente.

Segundo o TSE, o consórcio Via-OAS concluiu, durante a construção, que duas medidas bastariam para conter a reverberação: colocar três placas de gesso no teto e aumentar a área do carpete, instalado no chão e nas paredes. No entanto, as medidas não foram suficientes.

O ESTADO DE S. PAULO

? Prefeito reduz salário de seu sucessor no PR

Evandro Fadel / CURTIBA

01 MAR 2012

O prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), pré-candidato à reeleição, anunciou ontem o envio à Câmara de Vereadores de um projeto de lei que reduz o salário do prefeito da capital em 30%. O subsídio bruto de R\$ 26.723,13 deve cair para R\$ 18.706,19. Prováveis adversários na campanha interpretaram como atitude eleitoral. O prefeito também pretende aprovar projeto que concede aumento linear de 10% para os 44 mil servidores.

Em 2007, o atual governador Beto Richa (PSDB), que recebia o maior salário entre os prefeitos de capitais, passou a devolver 20% dos vencimentos. Quando Ducci, que era vice, assumiu, em março de 2010, manteve a restituição, que, segundo a prefeitura, foi aumentada para 30%. Em relação ao aumento para os servidores públicos, o prefeito destacou que "é justo e necessário para uma equipe que presta serviços de qualidade pela cidade e pela população curitibana".

Pré-candidato do PDT à prefeitura, o ex-deputado federal Gustavo Fruet disse que a redução no salário deveria ter sido feita antes, pois agora tem "ótica eleitoral". Segundo ele, o aumento ao funcionalismo teria que ter como base uma política de médio e longo prazo.

Para o ex-prefeito Rafael Greca (PMDB), as medidas de austeridade, como redução salarial, são recomendadas, mas "em véspera de eleição soam irônicas".

Os dois pretendentes do PT também criticaram as medidas. Para o deputado federal Dr. Rosinha, a atitude sobre o salário do prefeito "soa demagógica". Já o deputado estadual Tadeu Venâncio salientou que há necessidade de recomposição do piso para reduzir as diferenças entre as categorias, mas disse que "um aumento linear acaba perpetuando a distorção".

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo nega a PSD cargos no Congresso

Ayres Britto rejeitou ao partido direito de participar de comissões; ação ainda será julgada pelo plenário da corte

01 MAR 2012

Marfângela Gallucci / BRASÍLIA

Partido do prefeito Gilberto Kassab, o PSD sofreu um revés ontem no Supremo Tribunal Federal (STF). O vice-presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, rejeitou um pedido para que a legenda tenha participação em comissões permanentes e temporárias do Congresso. A ação ainda será julgada pelo plenário do STF.

Apesar de ter despachado liminarmente, Ayres Britto deixou claro que discorda da reivindicação da sigla. Segundo ele, os partidos que têm direito à representação nas comissões são os que passaram pelo "teste das urnas".

"O partido autor da presente ação de segurança não participou de nenhuma eleição popular. Não contribuiu para a eleição de nenhum candidato. Não constou do esquadrão ideológico ou de filosofia política de nenhuma eleição em concreto. Não submeteu a nenhum corpo de eleitores o seu estatuto ou programa partidário. Ainda não passou pelo teste das urnas, enfim, porque não ungiu na pla batismal do voto", disse o ministro.

Além de dizer que o PSD não passou pelo teste das urnas, o ministro citou o regimento interno da Câmara segundo o qual mudanças nas bancadas, decorrentes de modificações em filiações partidárias, não devem ser consideradas para a composição de comissões.

A decisão de Ayres Britto frustrou as expectativas da legenda que tenta garantir outros direitos, como participação no fundo partidário e no tempo de TV. Criada em setembro, a sigla quer uma fatia do fundo. Há uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o assunto.

01 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Motorista de Camaro que provocou série de acidentes e matou homem vai a júri

Denunciado pelo Ministério Público por dirigir um Camaro em alta velocidade e provocar o acidente que matou um homem de 56 anos na zona norte de São Paulo, Felipe de Lorena Infante Arenzon, de 19, vai a júri.

Em 30 de setembro do ano passado, ele dirigia em alta velocidade depois de sair de uma casa noturna e, em um percurso de 10 km entre as zonas oeste e norte, bateu em vários carros. No fim, colidiu contra a Towner de Edson Roberto Domingues. O veículo explodiu e o homem teve 70% do corpo queimado. Dias depois, ele morreu.

Arenzon foi denunciado por homicídio triplamente qualificado e três tentativas de homicídio, em referência às outras colisões.

FOLHA DE S. PAULO

Para ministro,

1ª instância não funciona

01 MAR 2012

Mendes afirma que fim do foro privilegiado para políticos é solução 'errada' porque há problemas na Justiça de 1º grau

Ele comentou caderno da Folha que mostrou que omissões atrasam decisões em processos contra autoridades

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes disse ontem que o país necessita fazer "uma reforma completa do sistema de justiça criminal" e que a primeira instância do Judiciário "não funciona" no país.

O ministro deu as declarações durante sessão no tribunal, ao comentar o caderno "A Engrenagem da Impunidade", publicado pela **Folha** no último domingo.

As reportagens revelaram que falhas e omissões cometidas por juízes, procuradores da República e policiais federais estão na raiz da impunidade de políticos que têm direito a foro privilegia-

do no Supremo.

Segundo a legislação, ministros, senadores e deputados federais, entre outras autoridades, só podem ser processadas e julgadas no STF.

Mendes disse que temas "extremamente complexos" dão origem a "soluções simples e, em geral, erradas", numa referência à proposta de extinção do foro privilegiado.

"Recentemente o grande jornal **Folha de S. Paulo** publicou uma matéria sobre o funcionamento do foro privilegiado. E logo alguns apressados chegaram à conclusão: o foro privilegiado funciona mal, logo funciona bem o primeiro grau. Certo? Não. Errado. Não funciona bem o primeiro grau também no país."

Entre as reportagens publicadas pelo jornal, havia uma entrevista com um colega de Mendes no STF, o ministro Celso de Mello, na qual ele defendia a supressão "pura e simples" do foro especial.

Mello observou que o foro para senadores e deputados

federais, que representam a imensa maioria dos processos hoje em andamento no STF, só foi criado em 1969, durante a ditadura militar.

Ontem, no tribunal, Mendes disse que o Judiciário de primeira instância tem sérios problemas estruturais. "Falta defensor, falta juiz, falta promotor."

O ministro afirmou que existem "4.000 homicídios sem inquérito [policial] abertos em Alagoas" e "mil crimes" contra a vida prestes a prescrever na comarca de Jaboatão dos Guararapes (PE).

"Não vamos fazer simplificação em relação a isso. É necessário fazer uma reforma completa do sistema de Justiça Criminal."

As principais entidades representativas de juízes e procuradores da República e a corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon, já defenderam a extinção do foro. Ela disse que o mecanismo "é próprio de 'república das bananas'"



Ministro Gilmar Mendes participa de sessão no STF, na qual falou sobre foro privilegiado

01 MAR 2012
FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Foro privilegiado

Na reportagem "Entidades querem fim de foro privilegiado" ("Poder", 27/2), houve omissões e distorções em declarações que fiz ao repórter que me procurou. Ao ser questionado sobre a manutenção do privilégio de foro, declarei não estar seguro de que a extinção dessa prerrogativa levaria a uma melhoria na velocidade dos processos, não sendo impossível que viesse a piorá-la. Como isso foi omitido, a entidade que represento foi indevidamente incluída entre aquelas que definitivamente defendem o fim do instituto. Para repetir: eu não sei.

Sobre o Ministério Público, declarei que, embora tenha prestado importantes serviços ao Brasil (o que pedi explicitamente que não deixassem de mencionar), o Ministério Público é o organismo mais opaco do país, praticamente nada se conhecendo sobre sua eficiência.

Não disse que "percebemos que as investigações muitas vezes não vão para a frente por falta de vontade". Isso não significa coisa alguma.

CLAUDIO WEBER ABRAMO, diretor-executivo da Transparência Brasil (São Paulo, SP)

RESPOSTA DOS JORNALISTAS FERNANDO MELLO, RUBENS VALENTE E FELIPE SELIGMAN - As entidades que defendem o fim do foro, como está no texto, são as associações de juízes e procuradores da República. A **Folha** não disse que a Transparência Brasil apoia o fim do foro.

27 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Entidades querem fim de foro privilegiado

Representantes de juízes e procuradores defendem que autoridades sejam processadas em primeira instância

Reportagem da Folha revela que omissões arrastam por anos decisão de processos contra políticos

A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon, e as principais entidades representativas de juízes e procuradores da República defenderam ontem a extinção do foro privilegiado no país.

A **Folha** mostrou ontem, no caderno "A Engrenagem da Impunidade", que falhas e omissões atrasam os processos contra políticos.

A reportagem analisou 258 processos e inquéritos sobre 166 políticos. A íntegra dos casos passou a ser divulgada pelo projeto "Folha Transparência". Os primeiros 21 casos já estão no ar.

Segundo a legislação, parlamentares federais, ministros e outras autoridades só podem ser processados e julgados no STF (Supremo Tribunal Federal) em matéria criminal. Os governadores são julgados no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A mudança, pela qual todas as autoridades passariam a ser processados na primeira instância do Judiciário, só poderia ser feita com uma emenda à Constituição.

"O foro é próprio de 'república das bananas', para deixar a salvo as pessoas que querem ficar à margem da lei", disse ontem Calmon.

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) disse que a impunidade incentiva a criminalidade. Segundo o presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Nelson Calandra, o foro "é, para muitos casos, sinônimo de impunidade".

Para Gabriel Wedy, presidente da Ajufe (Associação dos Juízes Federais), há também "razão filosófica" para a extinção do foro. "Não é crível que o cidadão comum seja julgado por um juiz e o político seja julgado por outro."

O presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Alexandre Camanho, disse que "Se os casos fossem para a primeira instância, creio que haveria um efeito didático, porque começariam a haver condenações."

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcanti, disse que "o foro é um escudo para proteger os políticos".

Para Cláudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, o Ministério Público se tornou "um órgão opaco". "Percebemos que as investigações muitas vezes não vão para frente por falta de vontade."

01 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Delegado de AL assume cargo usando tornozeleira

Acusado de homicídio, foi afastado depois por Justiça

Ostentando uma tornozeleira eletrônica, o delegado Francisco Tenório, 49, assumiu ontem pela manhã o cargo de delegado-adjunto da delegacia de acidentes de trânsito de Maceló. Horas depois, a Justiça determinou seu afastamento da função.

O ex-deputado pelo PMN-AL, que é delegado de carreira da Polícia Civil, responde a dois processos por homicídio —ele nega participação nos crimes. Tenório estava afastado do cargo havia pelo menos 16 anos para exercer mandatos eletivos.

Ele foi detido preventivamente em fevereiro de 2011, um dia após terminar o mandato de deputado federal.

Ontem pela manhã, o ex-deputado se apresentou na delegacia para trabalhar. No mesmo dia, o "Diário Oficial" do Estado havia publicado portaria com sua nomeação.

Procurado, o delegado não quis falar com a reportagem.

Tenório passou a usar a tornozeleira há 14 dias, quando foi beneficiado por um habeas corpus. O equipamento permite que a Justiça monitore onde ele está.

Por decisão do Tribunal de Justiça, o ex-deputado não pode sair de Maceló sem autorização judicial, sair de casa das 20h às 6h nem se aproximar de familiares de uma das vítimas.

MONICA BERGAMO

UM PÉ FORA

O advogado e ex-ministro da Justiça José Carlos Dias ameaça se desligar do centenário Club Athletico Paulistano, frequentado pela elite de SP, caso a associação se recuse a aceitar que um sócio gay inclua o parceiro como dependente. "Eu tenho nojo de pisar num clube em que prevaleça esse comportamento discriminatório odioso", diz. "O que eu vou fazer lá?"

LONGA ESTRADA

Dias é sócio remido do clube —seu pai comprou um título no começo do século passado e a primeira carteirinha que ele tem mostra sua foto ainda bebê.

EXPLICAÇÃO

O casal (o cirurgião Mario Warde Filho, 40, e o infectologista Ricardo Tapajós, 46) ganhou na Justiça o direito de frequentar o Paulistano. O clube vai recorrer. "É puro preconceito. Não tem explicação plausível", diz Aloísio Lacerda Medeiros, único dos 213 conselheiros que votou a favor dos dois. Os demais alegam que o estatuto do Paulistano reconhece como estável apenas a relação entre homem e mulher.

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Frota do TJ1 01 MAR 2012

O fornecimento de carros com motoristas para servir aos magistrados é o mínimo que a sociedade pode dar a esses abnegados profissionais (Gazeta, 28/2). O mínimo, porque deveria fornecer escolta armada, pois os bandidos atuais não são como os de antigamente. Não amarram mais cachorro com linguça. Principalmente os magistrados das varas criminais, que se ressentem de uma melhor segurança pessoal.

Gilberto Felipe Daher, engenheiro

Frota do TJ2

Enquanto isso o povo não tem direito a uma educação de qualidade, segurança, saúde. Esse Brasil mudará quando?

Pedro Baptista, Guarapuavá - PR

Frota do TJ3

Verdadeiro desperdício do dinheiro público. O TJ deveria assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade e da probidade administrativa. São privilégios caros, desnecessários e imorais, que vão ser pagos pelo contribuinte, sob o pseudoargumento de trazer segurança aos desembargadores.

Eduardo Cambi

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

DE FATO VIVO

01 MAR 2012

Fila

Começam a fazer fila os desembargadores que se recusam a aproveitar a regalia de ter carro e motorista exclusivos para uso pessoal e endereçando os carros ao presidente do Tribunal de Justiça, Miguel Kfourri Neto, que autorizou a compra de 90 carros Renault Fluence por R\$ 4,5 milhões. Além de José Maurício Pinto de Almeida e Augusto Cortes, também os desembargadores Valter Ressel e Renato Lopes. Este último comunicou a decisão — aliás, já em dezembro passado —, quando surgiram os primeiros boatos de que o TJ estava comprando a nova frota. Incomodado com a repercussão negativa, Kfourri agora tenta articular o apoio público do colegiado.

"Nós estamos precisando criar mais cargos de juizes e dar mais atenção à primeira instância e às condições dos fóruns."

De José Lúcio Glomb, presidente da OAB-PR, criticando o gasto de R\$ 4,5 milhões para comprar automóveis para os desembargadores.

SITE GAZETA DO POVO - ROGÉRIO GALINDO

Para defender compra de carros, TJ diz que OAB "omite a verdade"

29 FEV 2012



Kfourl: desancando a

OAB.

O Tribunal de Justiça, na sua determinação de comprar um carro de R\$ 50 mil para cada desembargador, está disposto até mesmo a comprar briga com a sociedade civil.

Em nota publicada no site do TJ, o presidente Miguel Kfourl afirma que a Ordem dos Advogados do Brasil "omite a verdade" ao questionar a compra dos carros.

Relembrando: o TJ está comprando R\$ 4,5 milhões em carros para levar e trazer os desembargadores de sua casa até o Centro Cívico. A alegação é de segurança: eles podem ser baleados a qualquer momento, aparentemente.

A OAB questionou a compra dizendo que há coisas mais importantes a se fazer com o dinheiro, especialmente na primeira instância. Miguel Kfourl publicou a nota desancando a ordem dos advogados. Veja o texto:

"Primeira Instância tem sido prioridade da atual administração do TJ, desde o início da gestão e a OAB é testemunha disso;

Neste primeiro ano de gestão já foram criados mais de setenta (70) novos cargos de juiz - acréscimo correspondente a quase vinte por cento (20%) da magistratura do Estado;

No reaparelhamento, construções e reformas de fóruns já foram empenhados mais de duzentos milhões de reais, serão mais de 100 mil metros quadrados de novas obras;

Em 2011, quase 1.500 novos servidores foram contratados pelo TJ;

O Fórum Cível já teve sua primeira etapa licitada (mais de 14 milhões de reais) e será implantado em outubro de 2012.

O TJPR é o tribunal com o maior número de varas e processos digitalizados no Brasil (458 unidades e 750 mil processos). São quase 30 mil advogados cadastrados.

Portanto, quanto à manifestação contrária da OAB, cada qual tem sua forma de pensar. Os desembargadores fazem jus à segurança, pelas peculiaridades da função que exercem. Todavia, a nota divulgada é, no mínimo, injusta e inverídica".

GAZETA DO POVO

01 MAR 2012

INDENIZAÇÃO

Juiz recorre à Bíblia para rejeitar processo

O juiz Rosaldo Elias Pacagnan, do 1.º Juizado Especial Cível da Comarca de Cascavel, no Oeste do estado, recorreu à Bíblia e a um personagem de histórias em quadrinhos para rejeitar uma ação movida por um advogado que pretendia ser indenizado pelo banco Bradesco por esperar 38 minutos na fila de atendimento. "Tudo tem seu tempo determinado", sentenciou o juiz, citando o texto bíblico de Eclesiastes. "Há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de colher o que se plantou". Na sentença, o magistrado emendou: "Há tempo de ficar na fila, conforme-se com isso".

Para Pacagnan, "o dano moral não está posto para ser parametrizado pelos dengosos ou hipersensíveis". Ele afirmou isso porque o autor colocou na petição que qualquer ser humano com capacidade de sentir emoção "conseguirá perceber que não estamos diante de mero dissabor do cotidiano" ao se referir à demora do atendimento.

O magistrado reconheceu que a demora causou estresse, perda de tempo, angústia e até ausência para a realização de necessidades básicas, mas afirmou que desde que ele — o próprio juiz — se "conhece por gente", se considera bem humano e não tem redoma de vidro para protegê-lo. "Aliás, o único sujeito que conheço que anda com essa tal redoma de vidro é o Astronauta, personagem das histórias em quadrinhos do Maurício de Souza; ele sim, não pega fila, pois vive mais no espaço sideral do que na Terra", diz a sentença.

As filas, segundo o juiz, integram o cotidiano e são indesejáveis, porém, toleráveis. "Nem tudo pode ser na hora, pra já, imediatamente, tampouco em cinco ou dez minutos! Nem aqui, nem na China", escreveu. Pacagnan disse ainda, na sentença, que o Poder Judiciário está sendo entupido "com a mania de judicializar as pequenas banalidades".

No Paraná, a Lei Estadual 13.400/2001 estabelece um limite máximo de 20 minutos para o atendimento em agências bancárias. Nas vésperas e após feriados, o prazo se estende para 30 minutos. A lei também vale para espera em caixas de supermercados.

O advogado Éden Osmar da Rocha Júnior disse que val recorrer da sentença. "Apesar de ser um bom juiz, que dá sentenças bem fundamentadas, desta vez ele não foi feliz", disse.

01 MAR 2012

GAZETA DO POVO

MAGISTRATURA

Associação Paranaense de Juízes Federais muda direção

A Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) mudou de comando em cerimônia realizada ontem à noite, na sede da Justiça Federal no Paraná. Os juízes Antônio César Bochenek e Ricardo Rachid de Oliveira tomaram posse como presidente e vice-presidente, respectivamente. O ex-presidente da associação, **Anderson Furlan Freire da Silva (foto)**, segue entre os dirigentes como diretor da Escola da Magistratura Federal.

A gestão de Furlan foi caracterizada pelo compromisso com o interesse público. Em parceria com a OAB-Paraná, a Apajufe preparou o anteprojeto da Lei n.º 16.595/2010, conhecida como Lei Estadual da Transparência. Sancionada no fim de 2010, a legislação obriga o governo estadual, Assembleia, Judiciário, Ministério Público (MP) e o



Fábio Dias/Gazeta do Povo

Tribunal de Contas (TC) a publicar suas despesas no Diário Oficial do Estado. A lei foi proposta como parte do movimento "O Paraná que Queremos", organizado após denúncias de irregularidades na Assembleia — fato ressaltado por Furlan em seu discurso de despedida da presidência da entidade. Ele ainda destacou a luta da entidade pelo aprovação do projeto que cria um Tribunal Regional Federal com sede no Paraná.

GAZETA DO POVO

DICIONÁRIO

Editora contesta ação contra Houaiss

A Editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss divulgaram na terça-feira notas oficiais contestando a ação do Ministério Público Federal (MPF) que pediu a retirada de circulação do *Dicionário Houaiss*, um dos mais tradicionais do país, por causa das definições pejorativas do termo "cigano" que constam na publicação. Nas notas, a editora e o instituto alegam que as definições reclamadas pelo MPF em Uberlândia (MG) estavam presentes apenas nas edições anteriores e não constam mais nas novas versões.

Dois das oito definições da palavra citadas na edição se referem ao povo como "aquele que trapaceia, velhaco, burlador" e "apegado a dinheiro, agiota e sorvina". Ainda que as expressões tenham sido mencionadas no livro pelos seus autores como as definições "depreciativas" do termo, o MPF entendeu que a publicação "fez semear a prática da intolerância étnica", e por isso pediu a condenação da Editora Objetiva ao pagamento por dano moral coletivo de R\$ 200 mil, além da retirada de circulação do dicionário.

"A acepção citada é da edição de 2001 do *Grande Dicionário Houaiss*. O contrato relativo à publicação desta obra venceu em 2009. Hoje, ela está esgotada e fora de circulação", argumenta a direção da Editora Objetiva.

01 MAR 2012

LEI SECA

STJ interrompe julgamento

Um novo pedido de vista no Superior Tribunal de Justiça (STJ) interrompeu ontem o julgamento sobre a validade de outras provas, além do bafômetro, para constatar embriaguez ao volante. Dessa vez, a ministra Laurita Vaz suspendeu a votação para analisar melhor o caso. O placar estava em três votos a favor do uso de outros meios de prova contra um voto pela exclusividade do bafômetro. O STJ analisa recurso do Ministério Público do Distrito Federal contra decisão do Tribunal de Justiça do DF, que beneficiou um motorista que se recusou a fazer o teste do bafômetro. O condutor havia se envolvido em um acidente de trânsito em março de 2008, quando a Lei Seca ainda não estava em vigor, e um teste clínico atestou o estado de embriaguez. Foi o segundo adiamento do julgamento.

765 instituições municipais têm comissionados irregulares

01 MAR 2012

Levantamento do MP de Contas mostra excesso de nomeações políticas e servidores não concursados em cargos que deveriam ser ocupados por efetivos

Rogério Waldrigues Galindo

Levantamento do Ministério Público (MP) no Tribunal de Contas (TC), o MP de Contas, mostra que 765 instituições municipais paranaenses tinham, até o ano passado, problemas com o uso de funcionários comissionados. Os procuradores do TC enviaram ofícios a 286 prefeituras, 280 câmaras municipais e 199 entidades de administração indireta pedindo que as correções necessárias fossem realizadas.

Os tipos de problemas variavam. Nas câmaras de vereadores, a irregularidade mais recorrente foi o uso excessivo de nomeações políticas; havia mais comissionados do que servidores concursados. Em outras situações, o problema era o uso de comissionados em cargos que, por lei, deveriam ser ocupados por concursados.

A Gazeta do Povo mostrou ontem que o Ministério Público solicitou que a Câmara de Curitiba demita parte dos seus comissionados para atender ao princípio da proporcionalidade (leia mais nesta página). No ano passado, ao julgar um caso relacionado à Câmara Municipal de Blumenau (SC), os ministros do Supremo Tribunal

Federal (STF) entenderam que as câmaras não podem ter mais comissionados do que concursados, como ocorre em Curitiba.

Fora de função

A procuradora Katia Regina Puchaski, do Ministério Público de Contas, diz que um erro comum encontrado nas câmaras é o emprego de comissionados para funções que não são de direção, chefia ou assessoramento, como determina a lei. "Tínhamos muitos casos de comissionados para fazer [trabalhos] jurídicos ou contábeis, por exemplo. Pedimos que isso seja corrigido", diz ela. Nesses casos, só há permissão para que um comissionado chefe o departamento, mas não para que todo o departamento seja composto por funcionários de indicação política.

Desde que os ofícios pedindo explicações começaram a ser mandados, 109 prefeituras disseram que realizariam concursos para contratar funcionários. O mesmo ocorreu com 151 câmaras municipais. Até o momento, 48 prefeituras e 59 câmaras já deram início ao concurso público.

O Ministério Público de Contas, porém, não tem atribuição de punir os erros. As instituições que decidirem não acatar as resoluções poderão sofrer uma representação. Nesse caso, o Tribunal de Contas pode julgar os casos e considerar que houve a irregularidade. Se mesmo assim os gestores não corrigirem o problema, caberá aos procuradores de contas pedir que o Ministério Público Estadual entre com uma ação judicial para solicitar punições.

Por enquanto, os procuradores de contas dizem não ter feito um levantamento de possíveis irregularidades no Legislativo estadual e no governo do estado.

LEGISLATIVO

Assembleia tem um efetivo para cada dois comissionados

Buclides Lucas Garcia

Caso o Ministério Público Estadual (MP) decida estender à Assembleia Legislativa do Paraná a recomendação para que demita o excesso de servidores comissionados ou abra concurso público para começar a substituí-los, a Casa deve enfrentar problemas ainda maiores que as câmaras municipais. De acordo com dados retirados ontem do Portal da Transparência, a Assembleia tem pelos menos dois contratados por indicação política para cada concursado. No total, são 1.201 comissionados e 500 efetivos.

Ontem, por meio da assessoria de imprensa, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que, desde que assumiu o cargo, em fevereiro do ano passado, respalda a proporcionalidade entre o número de efetivos e comissionados na administração da Assembleia. Atualmente, o setor administrativo do Legislativo estadual tem 122 cargos comissionados contra os 500 efetivos.

Questionado sobre o total de comissionados, sobretudo em relação aos 766 funcionários em comissão nos 56 gabinetes parlamentares, Rossoni disse que os cargos são de confiança dos deputados e, portanto, não há exigência para que sejam preenchidos por funcionários efetivos. Pela regra atual da Casa, cada gabinete pode empregar até 23 pessoas.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

01 MAR 2012

Austeridade

A OAB-PR entrou de sola na questão da frota de carros do Judiciário e não afasta a possibilidade de recorrer à Justiça para derrubá-la. De fato tanta carência, especialmente na primeira instância, e esse fulgor da mordomia.

TJ repicou e mostrou seus investimentos e falou na segurança dos magistrados e viu a observação como injusta e inverídica. Não é o que o povo pensa.

01 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Câmara de Curitiba é obrigada a cortar cargos

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - A Câmara Municipal de Curitiba tem 90 dias para reduzir o número de funcionários comissionados, aqueles que são nomeados por escolha dos parlamentares, sem necessidade de passarem por concurso público. A recomendação administrativa partiu da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público da capital, para garantir a proporcionalidade em relação ao número de servidores efetivos da Casa. Hoje, existem 550 comissionados - incluindo a estrutura dos gabinetes, de acordo com o Ministério Público (MP) - e 220 efetivos no Legislativo municipal. A Câmara pode optar por submeter os comissionados a concurso ou simplesmente demiti-los.

O documento chegou ontem às mãos do presidente em exercício da Câmara, vereador Sabino Picolo (DEM). Caso a Câmara não cumpra ou, pelo menos, comece a se adequar à recomendação do MP no prazo estabelecido, o presidente pode responder por improbidade administrativa. A Câmara ainda não decidiu o que será feito. Ontem à tarde, uma primeira reunião para tratar do assunto foi feita com a procuradoria jurídica da Casa e as diretorias de Recursos Humanos e Finanças. Segundo Picolo, a ideia é promover reuniões semanais para avançar no melhor modelo. "Queremos também saber como outras câmaras municipais estão se adequando, como

Maringá e Blumenau, para tirar exemplos e achar a melhor solução. Ainda estamos em fase preliminar nos estudos", afirmou o presidente da Câmara.

De acordo com ele, como não tem uma lei federal que regule a questão, os vereadores ficaram livres para decidir sobre a melhor forma de adequar funcionários às suas demandas. Em Curitiba, cada vereador pode ter de cinco a 11 funcionários. "No meu gabinete tem seis, mas para outros vereadores, que têm escritórios em bairro, 11 é até pouco", disse Picolo.

Mesmo caso

Na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, o número total de comissionados é de 1,2

**Casa tem hoje
550 comissionados,
contra 220
efetivos**

mil, enquanto o número de efetivos é de 499. A maior parte de comissionados pertence aos gabinetes (cada um dos 54 deputados pode nomear de seis a 23 comissionados): apenas 230 comissionados fazem parte da administração da Casa. A diretoria de Comunicação Social da AL ressalta que, desde o ano passado, houve "expressiva redução" no número de comissionados da administração, que chegavam a 600, e justifica que a estrutura da Casa reproduz o que é praticado nacionalmente, como na Câmara Federal. Até o fechamento desta edição, o MP não informou se existe algum procedimento semelhante ao da Câmara a ser feito na AL. A assessoria não conseguiu contato com o promotor responsável, Paulo Ovídio dos Santos Lima.

01 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Carro de luxo sequestrado pelo Gaeco

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) conseguiu na 2ª Vara Criminal de Guarapuava o sequestro de um carro de luxo importado pelo ex-presidente da Câmara de Vereadores da cidade Admir Strechar (PMDB), afastado em outubro do ano passado. O carro, um Corvette, modelo C-06, avaliado em cerca de U\$ 110 mil, foi comprado em nome do filho do então vereador e se encontrava pendente de desembaraço aduaneiro no Porto de Navegantes (SC). O Gaeco foi informado do fato e ingressou com ação para sequestro do bem.

■ Ontem a reportagem tentou falar com o vereador, mas ele não foi localizado.

Tablet na cela

Strechar, que chegou a ser preso em 2011, é acusado de peculato e concussão. O sequestro do veículo é parte das ações iniciadas no ano passado com a Operação Fantasma, do Ministério Público (MP), que culminou com a prisão e afastamento do ex-vereador. Segundo as investigações do MP e das polícias Civil e Militar, Strechar e outros cinco vereadores se apropriavam de parte dos salários de assessores. O automóvel permanecerá apreendido até a conclusão dos processos criminais e, em caso de condenações, poderá se prestar ao ressarcimento dos danos causados ao erário.

■ Em dezembro, a polícia de Guarapuava apreendeu um tablet na cela em que o vereador estava detido. O equipamento foi encaminhado ao Gaeco e a Corregedoria da Polícia Civil iria instaurar procedimento para apurar responsabilidades.

FOLHA DE LONDRINA

50% dos presos no 2º DP têm doenças de pele

Para o delegado Cássio Wzorek, situação no distrito é sub-humana e tornou-se "insuportável"

01 MAR 2012

Daniilo Marconi
Reportagem Local

Londrina - Os presos do 2º Distrito Policial (DP) estão enfrentando outro problema além da superlotação. Muitos estão com doenças dermatológicas. "Mais de 50% têm problema de pele devido ao excesso de umidade, falta de ventilação e das condições precárias dentro da carceragem", afirmou o delegado Cássio Wzorek.

O 2º DP abriga 341 homens, onde deveriam ficar 122. Uma das celas de triagem abriga 27. Não há janela e o termômetro apontava 37°C no local. Dois pequenos ventiladores foram improvisados nas paredes.

Kleber Henrique Piomeda Pequeno está preso há seis meses por roubo e já contraiu alergias no braço e perna.

"Coça, queima e a dor é grande." Na cela ao lado um homem mostra a ferida no braço

provocada por um tiro e outro preso, a perna com uma infecção contraída antes de ser delicto. "Ele chegou já infeccionado. Aqui só tende a agravar", acrescentou Wzorek.

Um enfermeiro atua diariamente no 2º DP e o médico comparece uma vez por semana. Porém, poucos presos buscam atendimento. Vágner, que preferiu não revelar o sobrenome, está há oito meses na cela da triagem e tem diversas feridas nos pés. "Aparecem essas bolhas e começa a coçar. Existe

enfermaria aqui, mas nunca procurei. Isso aqui é pouca coisa perto dos outros", confessou.

Maria Irene de Araújo foi levar medicamentos para o filho, preso mês passado. "Ele já tinha micose antes de entrar e aqui a tendência é piorar. Sou mãe e quero que ele saia daqui bem", disse.

A situação é ainda mais precária nas celas modulares. "Só no chão ficam dez deitados. Todos estão com cocelra e de vez em quando a gente recebe visita de formigas, baratas e ratos", reclamou Valdinei Dias de Souza. Não é de duvidar: no corredor de acesso ficam jogadas marmitas com restos de comida e bitucas de cigarro. "É sub-humano. Hoje chegou no limite, tornou-se insuportável", avaliou o delegado.

"Se o preso não quer ser atendido, isso é outro problema"

A Vara de Execuções Penais determinou no ano passado a interdição do 2º DP. O Estado ficou

impedido de receber novos presos na unidade e limitou a capacidade em 220 homens. O que está longe da realidade.

"A falta de médico na unidade foi solucionada. Problemas de pele são crônicos e têm que ter tratamento contínuo, mas se o preso não quer ser atendido, isso é outro problema", ressaltou a juíza da VEP, Márcia Guimarães Marques da Costa.

A VEP aguarda as construções de outras unidades prisionais em Londrina, como o semi-aberto e o feminino, prometidas

pela Secretaria Estadual de Justiça. "Nossa opção foi aumentar o número de vagas nas unidades prisionais. Vamos administrando isso diariamente", ressaltou.

A Penitenciária Estadual de Londrina (PEL I) está hoje com mais de 50 presos acima da capacidade. A Casa de Custódia com 42 e a PEL II com 40. "A proposta maior é levar tratamento penal adequado, consistente em ensino e profissionalização a esses homens. Há promessa do Estado e essa política está em implantação", afirmou.

A Pastoral Carcerária encaminhou denúncia sobre os problemas do 2º DP ao Ministério Público. A Associação dos Advogados Criminais vai debater o assunto na próxima reunião do dia 6.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

QUEBRA DE SIGILO 01 MAR 2012

Juízes querem saber se CNJ omitiu informações

Documento pede que Conselho forneça detalhes sobre investigações

O processo que apura se a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quebrou ilegalmente o sigilo de 216 mil juízes e servidores ganhou novo capítulo nesta semana. As entidades de juízes que acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado querem saber se a corregedoria omitiu informações importantes para o andamento do processo.

Documento anexado na terça (28) ao processo pede que o STF determine que o CNJ forneça mais informações, assim como o Banco Central e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

No texto, os advogados das entidades de juízes informam que descobriram fatos "graves" ao olhar o caso com mais atenção, como a omissão de uma decisão da corregedoria envolvendo o Coaf. Em despacho de 6 de maio do ano passado, a corregedora Eliana Calmon pediu ao presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, para ser informada sobre qualquer indício de irregularidade cometida por todos os juízes e servidores do país, exceto em relação a ministros do STF.

No entanto, os advogados lembram que, ao prestar informações ao Supremo em janeiro deste ano, a corregedoria informou que as apurações do Coaf excluíam todos os tribunais superiores, e não

apenas o STF. "A gravidade da descoberta dessa decisão reside no fato não apenas de ela não ter sido revelada nas informações, como, principalmente, no fato de constituir prova contrária à afirmação [prestada pela corregedoria ao STF]", informa trecho do documento.

Outro ponto questionado pelas associações de juízes é o fato de a corregedoria ter excluído um dos três documentos do processo que deu início à investigação nos tribunais, na véspera de prestar informações ao STF. Os advogados deduzem que se trata de um CD-ROM com a análise das informações retiradas da base de

dados do Coaf, que acompanhava um ofício e um relatório.

Segundo a corregedoria, os documentos foram retirados do processo porque foram juntados por engano. Mas os representantes dos juízes acham que há mais a ser explicado. "Caberá a essa egrégia Corte, ao verificar o teor desse CD-ROM, dizer se constitui documento relevante ou não para o julgamento da causa, bem como aferir se se trata, efetivamente, de documento que teria sido juntado por engano, ainda mais quando se verifica que permaneceu nos autos por cerca de oito meses, sem que nada fosse feito para ser retirado".

As associações de juízes também acreditam que há ilegalidade na troca de informações sigilosas entre o CNJ e o Banco Central. Os advogados dizem que o contato com o BC derivou da investigação iniciada no Coaf. Por outro lado, a corregedoria explica que a apuração iniciada no Coaf era única e que não deu origem a outras investigações.



Ministra Eliana Calmon participa na Comissão de Constituição e Justiça do Senado de audiência pública para orientar a votação de proposta de emenda à Constituição que explicita e amplia as competências do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça

01 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Corregedora defende PEC sobre poderes do CNJ

A ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, defendeu nesta terça-feira (28/02), em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça do Senado Federal, a aprovação da PEC 97/2011, que define e amplia os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mesmo que o Supremo Tribunal Federal (STF) já tenha estabelecido que o CNJ tem poder originário para investigar os magistrados. Ela argumentou que a decisão do Supremo foi tomada em liminar, ou seja, a questão ainda voltará à apreciação da Corte para julgamento do mérito.

"Trata-se de decisão liminar, tomada por uma maioria reduzida", disse Eliana Calmon aos senadores. Ela ressaltou ainda que os poderes do CNJ podem sofrer alteração também na revisão da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que está sendo preparada pelo STF. Embora ache importante a inclusão de dispositivo constitucional estabelecendo claramente as atribuições do CNJ, ela ressaltou que a decisão do Supremo, mesmo em caráter liminar, retirou "a nuvem de dúvidas" que pairava sobre a competência da Corregedoria Nacional de Justiça.

Segundo ela, "a competência concorrente é que dá força à atuação da Corregedoria Nacional", fazendo com que as corregedorias locais também ajam na correção de eventuais faltas administrativas

dos magistrados. Atualmente, ressaltou ela, muitas corregedorias estão vinculadas diretamente à presidência do Tribunal e não têm autonomia administrativa e financeira para funcionar. Com isso, quando o presidente não gosta do corregedor, ele pode eventualmente cortar os recursos e pessoal, impedindo o funcionamento da Corregedoria.

Por isso, uma das principais bandeiras de Eliana Calmon na Corregedoria Nacional de Justiça é fortalecer e dar autonomia às corregedorias locais.

Em sua exposição aos senadores, a corregedora nacional defendeu o fim do foro especial. "É uma excrescência. O processo não anda, não porque o relator não quer. É porque não é feito para andar". E defendeu a proposta, prevista na PEC 97, de ampliação para cinco anos do prazo para que o CNJ possa avocar ou rever processos disciplinares julgados ou arquivados pelas corregedorias locais.

Durante a audiência, a ministra Eliana Calmon esclareceu que os dados repassados à Corregedoria pelo Conselho de Fiscalização das Atividades Financeiras (Coaf) não continham qualquer informação sigilosa, pois não mencionava nomes nem CPF de servidores e magistrados. Ela inclusive se posicionou contrária à possibilidade de incluir na PEC poder para o CNJ quebrar sigilo bancário e fiscal de investigados.

01 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Associações reforçam AMB por mudança em projeto de previdência

Presidentes de Associações Estaduais da Magistratura estão reunidos em Brasília, a fim de fortalecer a interlocução que a AMB está promovendo junto às lideranças partidárias, no intuito de retirar o regime previdenciário da Magistratura do projeto 1.992/07, que cria a previdência complementar para os servidores da União. O projeto está previsto para ser apreciado durante a sessão plenária da última terça-feira (28).

O grupo pretende apresentar emenda, em plenário, e defender que a matéria seja remetida, por meio de lei complementar, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A AMB defende a manutenção da Previdência Pública e considera

que, por dispositivo constitucional, o regime de previdência da Magistratura não pode ser tratado em lei ordinária.

O Presidente da AMB, Nelson Calandra, afirmou que a Magistratura não pode ser inserida em um regime comum, tendo em vistas as peculiaridades da carreira, como a vitaliciedade e, até mesmo, as condições necessárias de arcar com a aposentadoria de seus integrantes. "Em nossa carreira, temos um longo período de contribuição de 45 anos em média. De acordo com levantamento do TCU, nossa contribuição é capaz de arcar com a folha de pagamento dos inativos, sendo este um dos motivos pelo qual discordamos deste projeto", argumentou Calandra.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP-PR recomenda corte de comissionados na Câmara Municipal

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Curitiba, expediu recomendação administrativa à Câmara Municipal da capital para que, em até 90 dias, a Casa Legislativa reduza o número de servidores comissionados que mantém em relação ao de funcionários efetivos (concurados). A intenção do MP-PR é garantir o respeito aos princípios constitucionais da proporcionalidade e moralidade administrativa. O documento foi encaminhado nesta quarta-feira, 29 de fevereiro, ao presidente da Câmara, vereador Sabino Picolo.

No texto, a promotora de Justiça Danielle Gonçalves Thomé, responsável pelo caso, destaca que "o não atendimento a presente recomendação acarretará a tomada das medidas legais necessárias à sua implementação e que a manutenção da desproporcionalidade entre cargos efetivo e cargos de livre nomeação e exoneração poderá ensejar a configuração de ato de improbidade administrativa com a consequente responsabilização do agente público respectivo no âmbito municipal". O MP-PR apurou a existência de 220 servidores efetivos no legislativo municipal e 550 servidores comissionados.

Após pedido da OAB, vaga em TRT é do quinto constitucional

O Pleno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por unanimidade, julgou procedente o pedido da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Paraná de garantia de preenchimento de vaga destinada ao quinto constitucional no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. O julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 0005445-43.2011.2.00.000 se deu na sessão realizada nesta terça-feira (28), da qual participou o diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB, Miguel Cançado.

O CNJ julgou procedente o pedido da OAB-PR nos termos do voto do relator, conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira, determinando que uma das vagas criadas pela lei 12.481/2011 "seja destinada ao 'quinto constitucional', a ser preenchida por advogado e

membro do Ministério Público, alternadamente". "O CNJ deu razão à Seccional e acolheu nosso pedido", afirmou o presidente da OAB-PR, José Lucio Glomb.

A Seccional ingressou com o Procedimento no CNJ para contestar a Resolução Administrativa nº 30/2011 do TRT a qual regulamenta a lei 12.481/2011, que ampliou o quadro de desembargadores destinando três novas vagas para magistrados de carreira, alterando de 28 para 31 o total de desembargadores na Corte. A OAB do Paraná sustentou que a decisão violava o mecanismo do quinto constitucional, uma vez que destinava as três vagas para magistrados. No ano passado, o CNJ já havia concedido medida liminar favorável para a Seccional suspendendo a nomeação para uma das três vagas.

01 MAR 2012

TRT-PR promove encontro de conciliação

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), atendendo proposta do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Núcleo de Conciliação - promoverá, em maio deste ano, o I Encontro Nacional da Conciliação Trabalhista. O encontro integra um conjunto de medidas que serão adotadas no Regional paranaense para intensificar o foco na conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho.

O Núcleo de Conciliação do TRT-PR foi criado em dezembro de 2011, em atenção à política judiciária nacional de conciliação instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Ao pautar-se na conciliação, ao aproximar as partes, facilitar o diálogo e conduzir à composição amigável, não apenas se reduz a despesa do Estado, os incidentes na execução e o tempo demandado para a solução dos conflitos: fomenta-se a paz social tão desejada pela sociedade", diz a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Dledrichs Pimpão.

Além do I Encontro Nacional da Conciliação que ocorrerá em maio no TRT-PR e que contará com renomados juristas e também estudiosos da área de Psicologia, Filosofia, entre outros, para a promoção, intensificação e disseminação da cultura conciliatória, várias outras ações fazem parte do projeto da conciliação que será lançado em março pelo TRT-PR.

01 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Defensores públicos terão treinamento sobre refugiados

O Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) e a Defensoria Pública da União (DPU) assinaram nesta terça-feira, em Manaus, um memorando que estabelece a organização de atividades de capacitação e a atuação conjunta para garantir os direitos dos cerca de 4,5 mil refugiados no país.

As atividades servirão para aprimorar o conhecimento dos defensores públicos quanto aos

direitos dos refugiados e apátridas, facilitando a instrução e assistência judicial gratuitas à essa população. Além disso, serão implementadas atividades sobre o tema, como seminários, palestras, publicações e eventos. O memorando também facilitará a participação de defensores públicos federais nos comitês estaduais de refugiados de todo o país que já funcionam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A capacitação será feita no Rio de Janeiro e em São Paulo, que possuem a maior população de refugiados e apátridas, e na região Amazônica. No Brasil, a África representa a maior parte da população (64%) de refugiados, seguido da região das Américas (22%) e da Ásia (10%). Os países com maior representatividade são Angola (38%), Colômbia (14%) e República do Congo (10%).

Ano deve terminar com todos os TRTs usando processo eletrônico

Até o final de 2012, todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho e no menos 10% das mais de 1.300 varas do trabalho brasileiras estarão trabalhando com o novo sistema de processo eletrônico. Nos estados de São Paulo, Paraíba e Mato Grosso, o índice deverá ser ainda maior. As previsões são do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, que inaugurou na última segunda-feira (27) em Arujá, no interior de São Paulo, o sistema de processo judicial eletrônico, que ele chama pela sigla PJE. Os planos do ministro são de ter o projeto "largamente implantado" no segundo semestre.

O sistema foi desenvolvido há cerca de um ano por uma equipe composta de 40 servidores de TRTs e 10 do TST. Segundo o mi-

nistro, em breve, ele será a única forma de entrar com uma ação na Justiça do Trabalho. O que o ministro rotula como uma "revolução cultural e benfazeja" exige adaptação de advogados, juízes, desembargadores e servidores.

Para capacitar advogados, o TST fez uma parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) para criar cursos de ensino a distância sobre o sistema implantado pela Justiça do Trabalho. Nesta parceria, alguns advogados que participarão de cursos de formação em PJE na sede do TST atuarão como "multiplicadores" em telecursos por todo o país, nas seções e subseções da Ordem dos Advogados do Brasil. A Aasp contribuirá também na aquisição "a preços módicos" — nas palavras de Dalazen — da

certificação digital, essencial aos advogados que trabalhem com processo eletrônico.

O tribunal também preparará tutoriais a serem distribuídos em todo o país, mostrando como o advogado pode obter a certificação digital. Atualmente, é possível comprá-la nas seccionais da OAB, na Aasp ou em instituições cadastradas pelo TST.

Conexão obrigatória

Não é só o advogado, porém, que necessita de preparação. O treinamento de quem trabalha nos tribunais também precisa ser feita. "Estão sendo formadas equipes de juízes, desembargadores e servidores que serão capacitadas em Brasília e trabalharão como multiplicadores em seus tribunais e varas", diz o presidente do TST.

01 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª Turma anula decisões do TCU após prazo decadencial

Com o argumento de que a Administração Pública tem até cinco anos para anular atos administrativos que beneficiem servidores, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), tomadas em 2010, que haviam cassado atos administrativos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) datados de 1997 e 1998.

Os atos da corte trabalhista efetuaram a transposição de cargo de nível auxiliar para o nível intermediário, sem lei específica que autorizasse essa ascensão. A decisão foi tomada na tarde da última terça-feira (28) no julgamento

do Mandado de Segurança (MS) 28953, impetrado no Supremo pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS/DF).

O SINDJUS alegou que o acórdão do TCU nº 1.300, ratificado em junho de 2010 pelo acórdão 1.618, violaria o artigo 54 da Lei 9.784, de 1999. Segundo esse dispositivo, "o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé".

PEDRO WASHINGTON

Em choque

Da corajosa Corregedora Nacional da Justiça, Eliana Calmon, avaliando a dificuldade de julgamento dentro dos TJs, na medida em que "os malandros (em julgamento) são sempre extremamente simpáticos": "Eu não tenho medo dos maus juízes, mas do silêncio dos bons que se calam na hora do julgamento".

01 MAR 2012

METRO

MP exige estrutura para festa de Réveillon

● Ministério Público quer garantia de que os problemas ocorridos no Réveillon Fora de Época do ano passado possam ser evitados ● Prefeitura avisa que praça Espanha não comporta eventos desse porte, mas promete colocar agentes da Guarda Municipal e da Setran no local

METRO 01 MAR 2012

Réveillon fora de época deve ter apoio da prefeitura, diz MP

● Promotor diz que o evento tem que ter as mínimas condições para que aconteça ● Responsabilidade é da prefeitura ● Caso contrário, o Ministério Público irá tomar medidas para proibir a realização da festa

O Ministério Público do Paraná notificou, ontem, a prefeitura de Curitiba para que impeça que o evento "Réveillon Fora de Época de Curitiba" se realize no sábado, a partir das 22h, na Praça Espanha, sem que as devidas condições e estrutura, para que se evitem os transtornos causados no ano passado, quando foram registrados casos de vandalismo, poluição sonora e lixo no local.

"Se a resposta da prefeitura sobre estas mínimas condições para que esta festa aconteça, o Ministério Público irá tomar as medidas para que não aconteça", afirmou o promotor Sérgio Luiz Cordoní da Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba.

Segundo ele, a prefeitura tem até sexta-feira para responder quais as medidas que serão tomadas para garantir "as mínimas condições para que o evento aconteça."

Prefeitura

A prefeitura informou, por meio de nota, que a Praça Espanha não comporta o evento, mas que vai tomar as providências necessárias, dispondo do efetivo da Guarda Municipal e de agentes da Secretaria de Trânsito. Também que a Polícia Militar estará presente no evento para garantir a ordem pública.

O "Réveillon Fora de Época de Curitiba" aconteceu pela primeira vez no ano passado e foi convocado pelo Facebook. Na ocasião, participaram cerca de 3 mil pessoas. Os moradores e os comerciantes da região reclamaram da falta de condições de segurança e de estrutura para o evento.

Neste ano, são quase 12 mil pessoas que confirmaram a presença na página no Facebook até ontem.

Eventos na praça são problema

O promotor Sérgio Cordoní disse que a responsabilidade é da prefeitura. "Se for o caso, a prefeitura terá que usar seu poder de polícia", disse. Para ele, mesmo que seja um "evento espontâneo" o es-



paço é público e é dever da prefeitura dar as mínimas garantias.

Ele explicou que os organizadores não poderão ser responsabilizados. "O direito de liberdade de expressão garante que isso aconteça. Mas se alguém, no local, causar dano, pode ser punido". ● METRO

METRO

? Prefeito reduz seu salário

O prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, que concorre à reeleição este ano, anunciou ontem a redução do seu próprio salário em 30%. Para formalizar a redução, Ducci encaminhou à Câmara um projeto de lei. Ontem o prefeito anunciou também um reajuste de 10% para o funcionalismo.

Hoje, o salário bruto do prefeito é de R\$ 26.723,13 e ele devolve mensalmente o equivalente a 30% do salário líquido. O salário bruto do prefeito cairá para R\$ 18.706,19. O valor líquido, aquele efetivamente recebido, passará a ser de R\$ 12.284,58.

A devolução de parte do salário do prefeito ocorre desde o início do mandato de Luciano Ducci, em 2010, segundo a assessoria de imprensa da prefeitura.

01 MAR 2012

Justiça proíbe retaliação do Atlético

A Justiça expediu uma liminar, ontem, exigindo que o Atlético credencie o repórter Osmar Antônio, da Rádio Banda B, para entrar nos jogos do clube e no CT do Cajuru. A diretoria vinha impedindo que o jornalista trabalhasse nos eventos. Além disso, o clube também está proibido de pedir aos seus atletas que não deem entrevistas para Osmar, como fez na última rodada. Caso qualquer umas destas atitudes seja tomada, a multa será de R\$ 50 mil.

TRIBUNA DO PARANÁ

Juíza encerra lei da mordaza no Furacão

01 MAR 2012

A Justiça Comum determinou na terça-feira passada que o Atlético autorize o trabalho do repórter Osmar Antônio, da Rádio Banda B, sob pena de multa de R\$ 50 mil para cada ato contra o profissional. O repórter, desde o clássico Atlético, estava proibido de fazer cobertura dos jogos do clube.

A primeira medida da diretoria atleticana foi negar credenciamento a Osmar Antônio, o impedindo de fazer a cobertura do clássico no dia 22 de fevereiro. Na sequência, em jogo realizado em Paranavaí, no dia 26 de fevereiro, sem ter o mando de campo e sem a "autoridade" para barrar o credenciamento do repórter, a diretoria orientou os jogadores a não concederem entrevistas a Osmar Antônio -decisão prontamente atendida.

Porém, sob determinação da juíza Camille Santos de Souza Siqueira, da 20.ª Vara Cível de Curitiba, Osmar Antônio está liberado para trabalhar livremente, seja em jogos ou entrevistas coletivas, sob pena de o Atlético ser multado a cada tentativa de cercear o profissional. A diretoria também não pode-

rá mais determinar que jogadores evitem responder perguntas do jornalista, cabendo também multa de R\$ 50 mil.

A juíza destacou ainda em seu despacho que a medida tomada pelo Atlético "ofende frontalmente a lei que determina liberdade de atuação a jornalistas pela simples agregação às Associações de Cronistas Esportivos, não cabendo ao clube impor novas regras, como credenciamento antecipado para os jogos a seu bel prazer".

Ainda em seu despacho, a magistrada também estendeu a decisão em proteção ao trabalho de qualquer outro jornalista da Rádio Banda B que tenha de fazer cobertura dos jogos do Atlético. "Determino que o réu se abstenha de praticar qualquer outro ato contra outros profissionais da emissora, assim como alterar sua cabine, cortar sua luz, internet e de proibir seus atletas de dar entrevistas apenas ao segundo requerente, sob pena de multa no importe de R\$ 50 mil, por violação, nos termos do art. 273 c.c 5.º do art. 461 do Código de Processo Civil."

Câmara busca saída pros comissionados

O presidente em exercício da Câmara de Curitiba, vereador Sabino Picolo (DEM), não pretende recorrer da determinação do Ministério Público que exige a exoneração de 330 servidores comissionados. A notificação foi entregue oficialmente na tarde de ontem e já foi discutida pela comissão executiva e os diretores de recursos humanos, financeiro e jurídico da Casa.

"Estamos fazendo análises e teremos diversas reuniões em busca do melhor caminho para se adequar à determinação dentro do prazo", disse Picolo. Além das reuniões, a Câmara irá verificar as alternativas encontradas pelos Legislativos de outros municípios paranaenses que também foram notificados. De acordo com o vereador, a intenção é apresentar propostas de como será feita a exoneração dos servidores para então começar a executar o plano.

Proporcionalidade

A Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Curitiba deu 90 dias para a Câmara exonerar os servidores comissionados. O objetivo da recomendação é garantir o respeito aos princípios constitucionais da proporcionalidade e moralidade administrativa. O MP-PR contou 220 servidores efetivos (concursados) e 550 comissionados.

Patrimônio

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou ontem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a retomar parte da investigação sobre a evolução patrimonial de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

CASO MÉRCIA

Mizael Bispo
renuncia uso
de sala
especial

O advogado e policial militar aposentado Mizael Bispo de Souza renunciou ao direito de ficar preso em uma sala de Estado Maior. Ele é acusado de matar a ex-namorada Mércia Nakashima, 2010. Mizael tem direito à sala, que não pode ter grades, por ser advogado. A defesa dele havia entrado com pedido, que foi concedido pela Justiça ontem.

Contatado, o advogado de Mizael, Samir Haddad Junior, disse ainda não saber detalhes sobre a decisão, mas afirmou que, como não existe sala de Estado Maior no sistema prisional, o ex-PM estava inseguro sobre o lugar onde ficaria preso. "O medo dele era ir para um lugar pior e depois não conseguir voltar", disse.

Com isso, Mizael continuará no presídio militar Romão Gomes, onde está preso desde o dia 24, quando se entregou à Justiça após mais de um ano foragido.

Por conta da falta de sala de Estado Maior, Mizael poderia ficar em prisão domiciliar.

Histórico — Souza era considerado foragido desde dezembro de 2010, quando o juiz decretou sua prisão. Mizael e o vigia Evandro Bezerra Silva, tido como seu cúmplice no crime, foram denunciados por homicídio triplamente qualificado. Eles negam participação.

Mércia desapareceu em 23 de maio de 2010. Seu carro foi encontrado em uma represa de Nazaré Paulista no dia 10 de junho daquele ano. O corpo da advogada foi localizado no dia seguinte. Mizael teve diversos pedidos de habeas corpus negados pela Justiça no período em que esteve foragido.

JORNAL DO ESTADO

01 MAR 2012

ELEIÇÕES

Na trave

O juiz da 3ª Zona Eleitoral, Davi Pinto de Almeida, negou o pedido de tutela antecipada em duas ações nas quais o PRP acusava Gustavo Fruet de suposta campanha antecipada via internet. O alvo das ações era o site do pré-candidato a prefeito de Curitiba e um grupo criado por simpatizantes no Facebook chamado "Eu voto no Gustavo Fruet". As ações contra Fruet são assinadas pelo presidente do PRP/PR, Jorge Martins.

CNJ discute sistema de segurança do Judiciário

01/03/2012

CNJ 01 MAR 2012

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve analisar na próxima sessão plenária uma proposta de resolução para instituir o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (Sinaspj), estabelecendo diretrizes e medidas de segurança institucional e pessoal dos magistrados e familiares em situação de risco. A proposta de resolução foi aprovada nesta quarta-feira (29/2) pelo grupo de trabalho do CNJ criado para estabelecer normas para a segurança dos magistrados.

De acordo com a proposta, o Sinaspj vai abranger também a segurança da informação. Caberá à Corregedoria Nacional de Justiça propor diretrizes, planejamento, coordenação, supervisão e o controle das ações do Sistema. As iniciativas terão que ser aprovadas pelo Plenário do CNJ. Na promoção do sistema de segurança do Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional poderá firmar acordos de cooperação técnica com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com os ministérios públicos e órgãos de inteligência, inclusive internacionais. Poderá ainda requisitar servidores e militares para a segurança do Judiciário.

Pela proposta, a Corregedoria Nacional terá poder para determinar a remoção do magistrado em situação de risco ou autorizar o exercício provisório da função fora da sede juízo. Além disso, poderá também requisitar força policial para garantir a segurança de magistrados ameaçados.

Segurança e inteligência – O texto aprovado pelo grupo de trabalho, coordenado pela ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, propõe a criação do Departamento de Segurança e Inteligência do Poder Judiciário, subordinado à Corregedoria Nacional. Esse departamento vai coordenar e supervisionar as iniciativas dos tribunais de Justiça com o objetivo de integrar e compartilhar informações dentro do Judiciário.

Integram o grupo de trabalho os conselheiros José Roberto Neves Amorim, Sílvio Luís Ferreira da Rocha, Gilberto Valente Martins e Jefferson Kravchychyn. Na elaboração da proposta de resolução, eles contaram com o apoio de outros magistrados e de policiais federais.

Gilson Luiz Euzébio

Agência CNJ de Notícias